

A Política dos Livros

Um Estudo sobre a Materialidade das Ideias

Filipe Carreira da Silva e Mónica Brito Vieira

A POLÍTICA DOS LIVROS

UM ESTUDO SOBRE A MATERIALIDADE DAS IDEIAS



LISBOA, 2024

© Filipe Carreira da Silva e Mónica Brito Vieira, 2024

Filipe Carreira da Silva e Mónica Brito Vieira

A Política dos Livros. Um Estudo sobre a Materialidade das Ideias

Primeira edição: outubro de 2024

Tiragem: 100 exemplares

ISBN: 978-989-8536-92-1

Composição em caracteres Palatino, corpo 10

Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso

Capa: Lina Cardoso

Tradução para português: Francisco Santos Silva

Revisão científica: Filipe Carreira da Silva

Revisão de texto: Ana Valentim

Impressão: Europress, Ld.^ª

Este livro foi objeto de avaliação científica

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

Editora Mundos Sociais,

CIES-Iscte, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa,

Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

Tel.: (+351) 210 464 410

E-mail: editora.cies@iscte-iul.pt

Site: <http://mundossociais.com>

Índice

Agradecimentos.....	ix
Prefácio à edição portuguesa	xi
Introdução.....	1
O papel dos livros	3
Paratextos.....	4
A política da tradução	6
A lógica e estrutura do livro	7
1 As Formas Elementares e o Durkheim cultural	15
Introdução	15
O Durkheim cultural de Alexander	21
Escrevendo <i>Les Formes Élémentaires</i>	23
Do <i>Les Formes</i> até ao <i>As Formas Elementares da Vida Religiosa</i>	29
<i>As Formas Elementares</i> hoje	34
Conclusão	38
2 Um clássico sem autor	41
<i>Mind, Self and Society</i> de G.H. Mead.....	41
Introdução	41
Fabricando <i>Mind, Self and Society</i>	44
A receção de <i>Mind, Self and Society</i> . O caso de Herbert Blumer.....	48
<i>Mind, Self and Society</i> na teoria social alemã	52
Conclusão	57
3 A dialética da dissidência	61
<i>Os Manuscritos Económico-Filosóficos de 1844</i> de Marx	61
Introdução	61
O que há num caderno?	63
Uma obra artesanal	66
O estranho nascimento tardio de um “livro”	69

	A receção das duas edições de 1932	77
	Marx renascido: os primeiros vinte anos	80
	O debate sobre a alienação: os <i>Manuscritos de 1844</i> na década de 1960 ..	82
	Conclusão	85
4	Quando as almas passaram a ser importantes.....	95
	As muitas vidas de <i>The Souls of Black Folk</i> de Du Bois	95
	Introdução	96
	<i>The Souls of Black Folk</i> : um livro em muitas partes	98
	A criação de <i>Souls</i>	102
	A primeira vida: 1903 e 1953	106
	<i>Souls</i> , o manifesto político: a década de 1960	111
	<i>Souls</i> desvanecidas: a década de 1970	115
	<i>Souls</i> transatlânticas	118
	<i>Souls</i> , o ato literário: as décadas de 1980 e 1990	122
	Conclusão	125
5	Uma obra traduzida	131
	Max Weber e <i>A Ética Protestante</i>	131
	Introdução	131
	O tradutor-intérprete	132
	O texto esquecido: a dissertação doutoral alemã de Parsons	134
	Compondo <i>A Ética Protestante</i>	139
	De tradutor a intérprete: <i>A Ética Protestante</i> e a segunda dissertação doutoral.....	144
	Conclusão	150
6	Profetas e Príncipes	153
	Sobre a edição e tradução de <i>Democracia na América</i> de Tocqueville.....	153
	Introdução	153
	Origens: o profeta da era das massas.....	154
	Os anos do pós-guerra.....	161
	<i>Democracia na América</i> na era da ansiedade	164
	Edição estratégica.....	167
	Um clássico sociológico: a edição Mayer-Lawrence de <i>Democracia na América</i>	175
	O fim de Tocqueville	183
	Guerras de tradução	186
	Conclusão	191
	Conclusão.....	195
	Referências bibliográficas.....	199

Para o Fernando Brito

Amo devagar os amigos que são tristes com cinco
dedos de cada lado.
Os amigos que enlouquecem e estão sentados,
fechando os olhos,
com os livros atrás a arder para toda a eternidade.
Não os chamo, e eles voltam-se profundamente
dentro do fogo.
— Temos um talento doloroso e obscuro.
Construímos um lugar de silêncio.
De paixão.

Herberto Helder, Aos Amigos

Agradecimentos

A ideia por detrás deste livro surgiu inicialmente durante uma conversa com Patrick Baert, perto de Market Square, Cambridge, em 2010. O Patrick estava a preparar um número especial sobre novas abordagens ao estudo de autores clássicos para o *Journal of Classical Sociology*. Precisava de uma contribuição nossa que, sugeri, se deveria focar em George Herbert Mead e na história por detrás do seu livro *Mind, Self and Society*. Este convite acabaria por levar à publicação, já em 2011, de “Books and canon building in sociology: the case of *Mind, Self, and Society*” no referido *Journal of Classical Sociology*. Uma versão revista deste artigo aparece aqui no capítulo 2. Esta foi a nossa primeira tentativa de explorar o impacto da forma material na produção de significado. O tempo de investigação passado em Chicago e Jerusalém por volta deste período foi também essencial para o desenvolvimento da ideia de partida.

Assim que vimos potencial para tornar isto numa monografia, a Pennsylvania State University Press foi a nossa primeira escolha para editora. Com o tempo, ir-se-ia revelar como a casa ideal para acompanhar a nossa ideia inicial até à publicação. Como mostramos no livro, os editores têm frequentemente um papel fulcral no desenvolvimento e produção de um livro. A nossa mais profunda expressão de gratidão é devida ao nosso editor da Penn, Patrick Alexander, pelo seu entusiasmo em relação ao projeto e ao seu apoio infatigável e conselhos profissionais ao longo dos anos. O nosso agradecimento estende-se a Alex Vose, o seu assistente editorial, que foi instrumental em garantir que nos mantivéssemos organizados e focados nas datas de entrega. Também gostaríamos de agradecer aos pareceristas anónimos pelo tempo e esforço que investiram no manuscrito e pelos úteis comentários e sugestões que resultaram do seu escrutínio especializado.

Assegurar financiamento é essencial para levar a cabo investigação arquivística. Agradecimentos especiais são devidos à British Academy for the Small Research Grant (SG132730) que nos permitiu pesquisar em material de arquivo espalhado por várias coleções e localizações. Esta bolsa de investigação permitiu a contratação de assistentes durante várias etapas — nomeadamente Alice Schneider, Elise Nelson e Marta Castelo Branco. As suas capacidades linguísticas e arquivísticas mostraram-se essenciais para os nossos capítulos sobre Tocqueville, Weber e Durkheim, respetivamente. Também gostaríamos de agradecer aos arquivistas e bibliotecários que nos ajudaram a navegar através de diferentes coleções. Sem a sua orientação e ajuda na

localização e compilação das fontes relevantes, este livro não teria sido possível. Obrigado ao Centro de Investigação de Coleções Especiais da Biblioteca Joseph P. Regenstein, Universidade de Chicago; ao arquivo George Allen and Unwin, Universidade de Reading; aos arquivos da Universidade de Harvard; ao Centro de Investigação em Humanidades Harry Ransom, Universidade do Texas; à Biblioteca Estatal da Baviera, Munique; e aos arquivos da Oxford University Press, Oxford. Este livro também deve muito aos funcionários da biblioteca da Universidade de Cambridge e da biblioteca da Universidade de York, onde muita da investigação e escrita deste livro se realizou.

Testar ideias exige uma comunidade. Temos tido a sorte de encontrar esta comunidade entre os nossos colegas em York e Cambridge, bem como nos participantes nos vários seminários e colóquios onde apresentámos diferentes capítulos do livro. Também queremos registar o nosso agradecimento aos nossos estudantes, com os quais testámos muitos dos nossos argumentos nos seus estados iniciais, e àqueles na academia que comentaram as muitas versões do manuscrito. O capítulo 2 é baseado numa comunicação sobre Mead apresentada em Cambridge durante o seminário de almoço em 2013-14. Em agosto de 2015 organizámos uma sessão sobre os livros que fizeram a sociologia no Congresso Mundial da Associação Internacional de Sociologia em Yokohama, no Japão. Foi aí que a nossa comunicação sobre *As Almas do Povo Negro* de Du Bois, agora o capítulo 4, foi apresentado pela primeira vez. Em 2014-15 e 2015-16, respetivamente, usámos este *paper* como base para o módulo em duas sessões “Performance e Poder” na cadeira Advanced Social Theory em Cambridge; e uma aula de duas horas no programa de doutoramento em sociologia no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com o qual colaboramos em proximidade. Gostaríamos de agradecer àqueles em Yokohama e aos nossos estudantes ao longo dos anos pelo seu *feedback* generoso. Finalmente, gostaríamos de estender a nossa gratidão aos participantes na RC16 Sociological Theory Conference da Associação Internacional de Sociologia em junho de 2016 no Selwyn College, Cambridge, onde uma versão inicial do capítulo 6 foi apresentada, e aos participantes no Congresso Anual da Associação Americana de Sociologia, realizado em Montreal, Canadá, em agosto de 2017, onde apresentamos a versão final do capítulo 4. Aos colegas que pacientemente leram o manuscrito e/ou comentaram o mesmo, em parte ou na totalidade, expressamos a nossa gratidão por generosamente terem partilhado o seu tempo e conhecimento: S. N. Eisens-tadt, Donald N. Levine, Terry N. Clark, Marta Bucholc, John Holmwood, William Watts Miller, Tim Stanton, Richard Armstrong, Emily Charnock, Marta Soler Gallart, Manuel Villaverde Cabral, Jeffrey C. Alexander e Dan Silver.

Mas tudo começa e acaba com as famílias. As nossas podem não saber exatamente o que estamos a fazer a maior parte do tempo, no entanto sabem que é importante para nós e providenciam o apoio emocional constante que é tão crítico para pensar e escrever. Agradecemos ao Afonso, o pequeno Aquiles, por nos lembrar quando é tempo de fechar os nossos livros e a maravilha de descobrir livros de novo. “Obrigado” seria uma palavra muito pequena para aquilo que devemos às nossas famílias. Este livro é dedicado a um membro em particular, Fernando Brito, de quem temos muitas saudades e com quem aprendemos o amor aos livros.

Prefácio à edição portuguesa

É com imensa satisfação que vemos o nosso *A Política dos Livros* traduzido para a língua de Camões. Trata-se de um projeto editorial que nos ocupou durante 7 anos, envolvendo a contratação de três assistentes de investigação, a submissão de várias candidaturas a financiamento, bem como a apresentação dos resultados preliminares numa série de conferências e colóquios científicos. Com esta tradução para português, que ficou a cargo do Francisco Santos Silva, a quem desde já agradecemos o empenho e competência exemplares, o fruto deste trabalho coletivo fica agora mais disponível ao público leitor do nosso país. Uma palavra de agradecimento também para a Susana Cruz Martins e para a Teresa Patrício, cujo interesse em levarem este projeto para a Mundos Sociais se revelou decisivo na hora de decidir onde publicá-lo.

Vale a pena recordar a motivação por detrás deste livro. A nossa ideia inicial era simples. Contar a história da sociologia a partir da história dos livros que a fizeram. Definido o ponto de partida, restava-nos testar a ideia. Fizemo-lo com um artigo sobre G.H. Mead, que foi bem recebido numa revista da especialidade. A tarefa seguinte era a da seleção dos casos: queríamos estudar a política dos livros — mas que livros? A lista definitiva de livros terá ficado pronta em 2013, mas para nós sempre ficou claro que outros poderiam ter sido os livros escolhidos. Na realidade, além dos seis livros aqui incluídos, publicámos um estudo autónomo sobre *O Processo Civilizacional*, de Norbert Elias, adotando a mesma abordagem que ensaiamos aqui. Ou seja, *A Política dos Livros* não é só sobre estes seis livros em particular; é uma tese teórico-metodológica que se pode, em princípio, aplicar a todos e quaisquer livros. É neste sentido que falamos numa “ordem dos livros” em que a “ordem do discurso” necessariamente assenta. Mas, afinal, que discurso é este? O discurso da teoria social, certamente, mas com ramificações evidentes com o discurso de disciplinas tão diferentes como a ciência política ou a antropologia.

Esclarecida a motivação, resta-nos tecer algumas considerações sobre o que acabámos por escrever. Os nossos leitores têm nas suas mãos um livro sobre livros, o que, em si mesmo, não é propriamente original. Afinal, obras de comentário não faltam. Neste caso, porém, a forma como olhamos para os livros selecionados pode ser considerada algo obliqua. O subtítulo — *Um Estudo sobre a Materialidade das*

Ideias — pretende captar esta estratégia. Sim, consideramos o texto que compõe cada um dos livros aqui em discussão. Porém, este é apenas o ponto de partida da nossa análise. Consideramos igualmente um conjunto de outras coisas além do texto, incluindo pessoas, outros textos, fatores sociais e políticos, etc. É aqui que, pensamos, reside a originalidade deste trabalho. Contar a história do cânone de uma disciplina científica para acabar por concluir que este é eminentemente contingente não significa deixar de acreditar no cânone como uma estrutura de pensamento. Esse foi o erro de muitos pensadores pós-estruturalistas. Pelo contrário, os cânones e os livros que os compõem são importantes a vários níveis, e a nossa vida intelectual seria bem mais pobre sem eles. O que é realmente importante é vê-los tal como eles realmente são: um domínio político, prenhe de conflito e contradição. Daí, o título — *a política dos livros*. E aprender a respeitá-los ainda mais por isso mesmo.

Conscientes de que muitos dos nossos leitores vão ser estudantes, gostávamos de terminar com uma palavra de incentivo. Ler os clássicos, em especial numa época em que a velocidade vertiginosa com que a informação circula não ajuda à concentração demorada que uma leitura atenta exige, não é tarefa fácil. Mas, cremos, vale a pena fazer o esforço. Isto porque qualquer dos seis livros aqui discutidos tem a capacidade de mudar a vida de quem os lê pela primeira vez, quer na sua língua original, quer em tradução, quer numa edição de bolso ou numa edição de capa dura. Todos estes fatores importam, e muito, na hora de fazer sentido do texto, como aqui tentámos mostrar. Mas o que realmente importa é que as gerações mais jovens continuem a ler os clássicos (estes, ou quaisquer outros). E que o façam de forma criativa e, se possível, livre de constrangimentos artificiais. Só assim, de resto, estes livros se manterão vivos na nossa cultura, capazes de suscitar debates e acender a nossa imaginação. E isso não é coisa pouca.

Lisboa, agosto de 2023

Filipe Carreira da Silva e Mónica Brito Vieira

Introdução

Este é, antes de mais, um livro sobre livros. Mas é também uma discussão sobre a forma física do livro, entendida como uma plataforma de conflitos sobre a sua interpretação e legado. A interpretação e apropriação existem numa relação dinâmica e recíproca; o sentido que se retira de um texto influencia o processo de construir sobre ele e vice-versa. Nenhuma delas é, no entanto, independente da forma particular que o texto toma. É, pois, fundamental determinar quem define esta forma e por que razão o faz.

Sendo um livro sobre a política de fazer livros, este não é um livro de ciência política tradicional. O nosso argumento foca-se não nos livros como veículos de supostos argumentos políticos, mas nos livros como formas materiais que medeiam e constituem o significado — livros como objetos aos quais, e através dos quais, coisas podem ser feitas para moldar possíveis usos futuros. Vamos concentrar-nos aqui, então, na performatividade do meio, ou em como a objetificação do texto na forma de um artefacto em particular tem o potencial de moldar a nossa experiência do mesmo, não apenas em termos das suas qualidades físicas e sensoriais, mas também em termos do seu significado e estatuto icónico, ou aquilo que o livro acaba por representar. Fazendo isto, a nossa análise vê a forma que um texto toma como tendo qualidades de agência. Mas este é ainda, na sua maior parte, um tipo derivativo de agência, dependente da agência dos humanos. Esta é aqui entendida como a capacidade de resolver problemas dos atores humanos, envolvidos na produção, circulação e interpretação de textos — autores, editoras, editores, tradutores, intérpretes e comentadores especializados em teoria social — que podem ser mais orientados para o passado, o futuro, ou para o presente, e que envolve o desenvolvimento contínuo da sua inteligência reflexiva (ver Emirbayer e Mische (1998: 970-71)). Cada capítulo do livro falará do papel destes agentes enquanto explora a fusão poderosa entre meio e significado.

De todos os livros que podíamos ter examinado neste livro, seleccionámos um grupo de textos que em comum têm o facto de terem sido considerados, numa certa época, clássicos do pensamento social. Dado o seu estatuto de “clássicos”, muito tem sido escrito sobre estas obras e pelo menos outro tanto tem sido construído

sobre elas. As suas partes constituintes — ideias, conceitos e argumentos — e a sua estrutura lógica têm sido desconstruídas e reconstruídas em muitas ocasiões. Debates sobre a sua interpretação e legado têm sido intensos e contínuos, ainda hoje. Não entraremos nesses debates aqui, pelo menos não de forma direta. Este livro propõe-se olhar para estas obras de uma perspetiva diferente. Investigando a história por detrás dos próprios livros.

O que pode ser ganho através da adoção desta posição? A resposta parece longe de ser óbvia. Para muitos, o foco no livro como um objeto passa ao lado do objetivo da nossa relação com estes livros, as suas ideias e a sua relevância continuada, e necessita, por isso, de mais justificação. Para nós isto pode ser justificado de duas formas. Primeiro, olhando para a interação complexa e íntima entre a forma material e a produção de significado, sugerimos que os textos são produtos de uma mente incorporada — uma mente que se compreende a si própria e ao mundo através da associação com o corpo, particularmente no ato muito físico e sensual da escrita. Neste sentido, as práticas discursivas são sempre já materiais, e a nossa compreensão da teoria como uma prática — a prática de teorizar — apenas pode emergir através do exame da sua interação. Para começar, a escrita não é um ato desincorporado. É um ato físico de criação, pondo ideias e palavras num meio físico, trabalhando-as através dele. A sua relação com a forma material é de envolvimento mútuo em vez de mera externalização (Barad, 2003: 822). Logo, tal como seria errado reduzir significado à forma, conceber o significado como separado da forma seria igualmente enganador. Segundo, se textos são formas incorporadas, e se a forma afeta e é até constitutiva do significado, então há um sentido muito literal no qual produzir um livro pode ser “criação de significado”. É, logo, expectável que a luta sobre o significado de um texto e as possibilidades de desenvolvimento criativo que ele abre se tornem por vezes lutas sobre as suas incorporações físicas específicas e particulares.

Conforme o propósito geral deste livro começa a surgir, a conclusão parece seguir-se que este é ou uma história do pensamento social, através da história dos livros que a criaram, ou um exercício de bibliografia descritiva, olhando para estes livros como objetos e descrevendo-os detalhadamente como tal, com vista à produção de uma sociologia dos textos, uma que mostre como a mudança da forma afeta o significado. Diríamos que não é completamente nenhuma destas coisas. A história lida com processos ao longo do tempo e frequentemente tem uma qualidade linear ou teleológica. Mas este livro não oferece uma análise diacrónica sistemática da evolução da forma ou formas materiais tomadas pelos textos clássicos da teoria social, nem mesmo quando esta análise é circunscrita ao mundo anglo-saxónico.¹ Na maioria destes capítulos, a abordagem utilizada é sincrónica, e estaremos a

1 Ver Darnton (1982) para uma boa descrição do campo da “história do livro” (conhecida em França como “histoire du livre”, e na Alemanha como “Geschichte des Buchwesens”), bem como uma ilustração fascinante das suas contribuições para a história intelectual, no geral, através do exemplo das *Questions sur l'Encyclopédie* de Voltaire. Um desenvolvimento institucional recente importante foi a criação do Center for the Study of Books and Media na Universidade de Princeton em 2002. No Reino Unido, o site da HoBo (anteriormente conhecido como “History of Book at Oxford”) tem sido uma importante fonte de informação (ver <http://www.english.ox.ac.uk/hobo/>).

lidar com momentos ou episódios históricos deliberadamente isolados para permitir um exame mais aprofundado das forças que medeiam as transmutações dos meios. Estes são os sujeitos da bibliografia descritiva, que tende a ignorar precisamente o que procuramos trazer à luz — nomeadamente os agentes responsáveis por eles, bem como as implicações das suas ações. Estes agentes são os protagonistas da política dos livros. Os livros são canais físicos móveis que certos agentes usam para projetar significados. Por vezes, isto aparece sob a forma de um projeto disciplinar; noutras ocasiões, tem um carácter político mais explícito. Os livros são frequentemente campos de batalha onde uma guerra é travada, as suas páginas oferecendo apoio para agentes que se movimentam para mostrar como certas afirmações são indefensáveis, para atacar ou até para demolir argumentos opostos, para fazer críticas certeiras, resumidamente para ganhar um argumento contra adversários. A nossa análise do livro é genealógica no sentido em que se preocupa com discutir certos momentos históricos chave nos quais agentes — através de comentários, críticas literárias, edições, introduções ou traduções do livro em questão — lutaram uns contra os outros pelo seu significado.

O papel dos livros

Os textos são entidades incorporadas. A materialidade dos textos e, em particular, dos livros, como uma forma específica de transmissão textual, é integral à análise apresentada neste livro. Numa cultura esmagadoramente focada na mente e nos seus produtos, a materialidade é facilmente marginalizada. No entanto, a incorporação física dos textos é integral ao processo de objetificação através do qual o pensamento se divide dentro de si próprio de forma que seja mais autorreflexivo e mais amplamente transmissível. A origem partilhada de *texto* e *têxtil* no latim *texere* (do latim *textus*, um tecido, por sua vez derivado de *texere*, ou tecer) remete diretamente para a circunstância de que a materialidade é uma qualidade que emerge dos textos. Tomado literalmente, fala-nos da centralidade dos têxteis para a história material dos textos e para a sua circulação. O papel era, afinal de contas, originalmente feito de trapos de algodão recolhidos de roupa de cânhamo e linho. Metaforicamente, no entanto, o significado da palavra *texto* estendeu-se para formas que deixaram para trás a sua materialidade. O termo *texto* é agora tipicamente usado para se referir ao livro, ou outras obras escritas ou impressas, vistas em termos de conteúdo ideativo em vez da sua forma física. O vocabulário relacionado com tecido é, claro, ainda utilizado. Mas em vez de se referir a qualquer processo de incorporação concreto — têxtil ou não — descreve o trabalho de composição — ou seja, a escrita, compreendida como a atividade verbal de tecer uma teia de palavras que formam um texto. No entanto, num texto, este tecer nunca é um jogo meramente mental: é sempre instanciado num meio específico, tem um processo físico. Por outras palavras, num texto, trabalho e meio estão intimamente ligados. Palavras não formam um texto separadas da forma material particular nas quais são incorporadas, mas sim através dela.

Há duas razões principais pelas quais o objeto textual em si merece ser investigado num livro sobre os clássicos do pensamento social e político. Primeiro, dada a interação complexa entre forma e conteúdo, o objeto textual pode providenciar um acesso privilegiado ao pensar ou teorizar como sendo uma atividade em vez de uma coisa. Segundo, dada a maneira como a forma impacta o significado textual, analisar o objeto textual pode abrir uma porta para múltiplas maneiras em que a forma pode ser utilizada para construir significado, deste modo providenciando parâmetros dentro dos quais o livro pode ser compreendido. O significado pode, então, ser feito de camadas sobre camadas de sinais editoriais.

Tudo começa com a escolha do formato. Uma obra a quem é dada a honra de uma edição de prestígio em capa dura é frequentemente aceite no panteão dos clássicos. Da mesma forma, uma obra que é republicada em capa mole quando a edição em capa dura passa o teste comercial é validada pela sua popularidade, pelo seu estatuto de clássico, ou ambas. Uma edição em capa mole transmite significados diversos. O primeiro é puramente económico: resumidamente, um melhor preço. O segundo foca-se na relação entre o leitor e o livro, como um objeto que é mais leve, mais portátil, de utilização mais fácil e mais íntima. Finalmente, a capa mole erudita publicada numa coleção de renome transmite seletividade editorial por pares científicos e, por esse mesmo facto, constrói a obra como um clássico, endereçada primariamente a um público universitário conhecedor. A produção em massa pode, então, não necessariamente roubar a obra da sua aura. Pelo contrário, o seu significado paratextual pode ser sinónimo da sua canonização.²

A prática editorial em relação a assuntos como formato, tipografia, *design*, encadernação e paginação pode afetar profundamente a forma como os textos podem ser lidos e faz desta prática um campo de batalha provável para aqueles que procuram controlar os textos, a sua identidade e o seu significado. No limite, tal campo de batalha pode tornar-se um campo de disputa selvagem. John Locke aludiu a isto quando refletiu sobre os efeitos da divisão dos textos que formam a Bíblia em capítulos e versículos.³ A divisão da Bíblia numa série de aforismos, explicou, não só minimiza a coerência geral da palavra de Deus. Tornava-a apta para ser apropriada para propósitos sectários, com a fragmentação textual abrindo caminho para a fragmentação da comunidade através de linhas religiosas e políticas. Locke viu uma continuidade inquietante da *decoupage* do texto até à evisceração do público leitor. Dificilmente poderia haver uma razão mais convincente para pensar que o material é importante e levar a materialidade do texto a sério.

Paratextos

A luta sobre os livros do cânone sociológico pode ser muito menos contenciosa, mas não necessariamente menos intensa. Paratextos são normalmente um dos seus

2 Ver a discussão de Genette (1997: 16-22) sobre o significado da forma.

3 Locke (1707). Ver o exemplo de Locke discutido em McKenzie (1985: 46-47).

epicentros. Como o prefixo “para-” indica, o termo *paratexto* refere-se a uma série de elementos que rodeiam o texto principal, que formam a moldura através do qual ele acaba por ser visto — ou seja, ser recebido e interpretado. Para além da formatação e tipografia, paratextos incluem tanto coisas dentro do livro (tecnicamente conhecidas como peritexto), tal como o título, o nome do autor, a capa e a contracapa, citações com apreciações na capa, índices (remissivo, de conteúdos), notas de rodapé, prefácio, dedicação, prólogo, introdução, frontispícios e ilustrações, e coisas fora do livro (tecnicamente conhecidas como epitexto), tais como comentários, entrevistas e críticas literárias. Todas elas medeiam o livro para o leitor, tornando-o presente para ele. Mas aqui, como noutros locais, a apresentação não é uma mera questão de visão através de um ecrã transparente, mas sim uma representação, envolvendo construção.

Os paratextos fazem coisas. Agem sobre o texto, construindo-o como isto ou aquilo através da sua identificação, contextualizando-o, apresentando os seus propósitos e as suas características definidoras ao público-alvo. Geram significado para além das margens do texto e moldam a produção de significado por ele e a partir dele. Isto dá-lhes uma qualidade paradoxal que é, outra vez, já assinalada pelo prefixo “para-”, significando simultaneamente proximidade e distância, semelhança e diferença, interioridade e exterioridade, uma fronteira, ou ambos os lados da linha fronteira que é ao mesmo tempo dividida e ligada por ela (Miller 1979: 219).

Gerard Genette capturou a qualidade liminar do paratexto perfeitamente: “Mais do que um limite ou uma fronteira fechada, o paratexto é um limiar” — ou seja “uma zona entre texto e fora do texto, não apenas uma transição, mas também uma transação” (1997: 1-2). Tal limiar, ou área entre duas coisas, por assim dizer, constitui uma espécie de *res nullius* sem dono, disponível, livre para ser de quem procure influenciar a produção de significado do texto ou procure guiá-lo para direções específicas.

Genette atribuiu este papel primariamente ao autor, que ele viu como estando investido na proteção da integridade do texto e da sua interpretação correta. Como tal, Genette reservou uma função específica para o paratexto — ou seja, “para assegurar para o texto um destino coerente com o propósito do autor”, e excluiu dos paratextos tudo o que autor ou seus associados (nomeadamente editores póstumos, perpetuando as intenções do autor) não pudessem aceitar como sendo da sua responsabilidade (1997: 407). Por detrás desta compreensão do paratexto jaz uma conceção da identidade do texto como fundamentalmente fixa e imutável, e do paratexto como o instrumento que permite que o texto seja adaptado a novas eras, idealmente, sem trair o significado e intenções autorais (*idem*: 9).⁴ No entanto, como Genette admite, nem todos os paratextos são criados pelo autor ou controlados por este, e nem todos os editores e editoras que criam paratextos estão primariamente, ou de todo, empenhados na centralidade do ponto de vista do autor, para a “performance paratextual” que “o sustém, o inspira, o ancora” (*idem*: 408). A sua

4 Para uma crítica desta perspetiva, ver Gardiner (2000: 258).

intervenção no que Philippe Lejeune descreve como a “franja [pivotal] do texto impresso que na realidade controla toda a leitura do texto” (1975: 45) pode partir de uma conceção radicalmente diferente do texto, do paratexto e dos seus usos — e do que pode melhorar, impedir ou, por último, bloquear a receção do texto. Através da examinação dos paratextos — da correspondência entre o autor e a editora, aos títulos, prefácios e introduções — iremos principalmente inquirir sobre a performatividade destes elementos, ou o que tentam fazer ao texto. Também iremos tomar o significado não como algo simplesmente inerente ao texto, mas como algo que emerge de sucessivas intervenções sobre ele, notavelmente aquelas que têm como alvo os elementos liminares que permitem que “um texto se torne um livro e que seja oferecido como tal aos seus leitores e, mais geralmente, ao público” (McKenzie citado por Genette, 1997: 1).

A política da tradução

As traduções são, por vezes, incluídas na categoria alargada de paratextos.⁵ No entanto, neste livro, damos-lhes uma posição mais autónoma. Ao fazê-lo, reconhecemos a centralidade da linguagem na produção de significado. Se paratextos são limiares da interpretação textual, com a tradução movemo-nos decididamente para o seu âmago.

É verdade que a tradução é, por vezes, considerada como uma atividade puramente derivativa, considerada como uma busca por equivalentes palavra a palavra, com o propósito de preservar o significado inalterado do texto na língua-fonte para o texto na língua-alvo. Isto é ver a tradução como sendo governada por um ideal de neutralidade, protegendo contra qualquer imposição de significado ou interpretação alheia. Assim concebida, a tradução é facilmente relegada para as margens do texto original e dificilmente justifica uma análise independente. No entanto, a tradução nunca é, nem principalmente é, só um ato linguístico. Como Peter Ghosh aponta acertadamente, a tradução é antes um “ato conceptual” focado na transferência de conceitos, do seu significado e objetivo entre contextos diferentes e por vezes estranhos — contextos linguísticos, temporais, geográficos e culturais (2001: 59-63). Como tal, toda a tradução pressupõe um hiato e a criação de uma ponte sobre esse hiato — se procura produzir inteligibilidade — e requererá sempre paráfrase e interpretação. Este hiato também explica a política da tradução, no sentido de, como Kari Palonen corretamente observa, criar uma espécie de sala de jogos “para traduções alternativas, bem como criar inerentemente um conflito entre os utilizadores do ‘original’ e aqueles que utilizam uma tradução” (2003: 16).

O teórico da tradução André Lefevere explora mais a fundo a dimensão política da tradução. O tradutor, diz, pensa principalmente em termos de duas

5 Genette inclui traduções, especialmente aquelas em que o autor colabora de alguma forma, na sua lista de paratextos no epílogo do seu livro.

grelhas — a grelha de conceitos e a grelha textual, que “na sua interação podem bem determinar como a realidade é construída para o leitor, não apenas a realidade da tradução, mas também a do original” (1999: 75-76). Logo, a tradução é uma forma de reescrever, e este reescrever é responsável pela forma como a cultura recetora constrói “imagens” e “representações” tanto do autor como do texto. O estudo destes reescreveres é crucial, de acordo com Lefevere, porque eles “desempenham um papel analisável na manipulação de palavras e conceitos que, entre outras coisas, constituem poder numa cultura” (1985: 241). Os contextos, modos e propósitos de tais reescreveres são múltiplos. No entanto, Lefevere propõe que os analisemos através da observação de “fatores de controlo”, que ele articula através da noção de “patronagem”. Patronagem refere-se aqui a “qualquer poder (pessoa, instituição) que pode avançar ou atrasar a leitura, escrita ou reescrita da literatura”, agindo não como uma força repressiva, mas como o principal produtor de conhecimento e diálogo (1992: 15). Decisões sobre escolhas particulares na tradução e sobre o que traduzir são componentes principais deste poder.

Quando disseca o poder cultural da tradução, Lefevere foca-se em dois aspetos principais. O primeiro refere-se às formas como os tradutores deliberadamente manipulam textos para avançar a sua própria ideologia ou a ideologia de onde surge a patronagem. O segundo aspeto refere-se à forma como os tradutores vertem textos para dentro das discussões dominantes, assegurando a sua aceitação (1990: 88, 57). Manipulação é um termo demasiado carregado normativamente para ser analiticamente útil para nós aqui. Predetermina o que precisa de provar. No entanto, sem dúvida que os tradutores são melhor entendidos como agentes, cuja agenda e perspectiva deve ser considerada quando se procura perceber o que se passa numa tradução. Se a tradução é sempre um transporte ou uma transferência, os tradutores, juntamente com os autores, editores e editoras que definem os parâmetros dentro dos quais os tradutores trabalham, são os guardiões-chave daquilo que é apresentado ou não à audiência-alvo, e como é apresentado. Traduzir um texto, e fazê-lo de uma forma em vez de outra, pode impactar fortemente a sua receção, uso ou apropriação interpretativa subsequente. É, portanto, pouco surpreendente que teóricos e comentadores proeminentes se envolvam, direta ou indiretamente, na tradução de obras e mesmo na formulação dos critérios que a tradução deve seguir. O que está em causa no seu trabalho, e nas guerras de tradução que frequentemente se seguem, é uma das questões prementes por detrás de certos capítulos deste livro.

A lógica e estrutura do livro

Em cada capítulo o leitor encontrará uma cápsula genealógica de um dado livro. Oferecemos genealogias de seis livros: *Mind, Self, and Society* de G. H. Mead; os *Manuscritos Económicos e Filosóficos de 1844*, de Karl Marx; *As Almas do Povo Negro*, de W.E.B. Du Bois; *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, de Max Weber; *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, de Émile Durkheim, e *Democracia na América*, de

Alexis de Tocqueville.⁶ Todos estes livros são textos teóricos. Apesar de não o serem pelas mesmas razões nem ao mesmo tempo, todos eles têm sido também vistos como clássicos sociológicos. Afirmações semelhantes foram, claro, também feitas por outras disciplinas académicas sobre cada um deles. Portanto, para evitar oferecer seis histórias díspares, com pouca ou nenhuma relação entre elas, focamo-nos na receção destas obras na sociologia norte-americana do pós-guerra, provavelmente a tradição sociológica mais influente do nosso tempo.

Como textos teóricos, é fácil pensar nestes livros como sendo contentores para argumentos ou uma malha apertada de proposições. No entanto, o foco da nossa análise não é sobre o que estes textos dizem, ou como o dizem, ou até mesmo como fazem coisas através de dizer o que dizem da forma que o dizem. Apesar de este ângulo de análise não estar inteiramente ausente, o nosso interesse é principalmente no entrançar do conteúdo e da forma na escrita teórica, como talvez em toda a escrita, e em particular nas transformações que ocorrem quando esta escrita é organizada e impressa no formato de um livro. Isto significa que viramos a nossa atenção para a editora e as formas de processo editorial que criaram estes textos e tornaram a sua receção possível. Isto traduz-se numa mudança de protagonistas quando o nosso estudo é comparado com o estudo tradicional do “pensamento” social ou político.

As seis genealogias que oferecemos frequentemente, mas nem sempre, começam, ainda, com a figura do autor. Por vezes, mas nem sempre, procuram descortinar as intenções desse autor. E quase nunca procuram os argumentos que estão por trás das proposições do texto. A nossa investigação tem, em vez disso, como personagens principais um coletivo de agentes, incluindo editoras, editores, tradutores e comentadores, que mostramos estarem envolvidos num processo complexo de criação de livros, através do qual os textos não são simplesmente reproduzidos a partir de originais estabelecidos, mas sim ativamente moldados por e através de uma série de decisões sobre a forma como alguém os possa reproduzir e compreender. Visto que estes agentes não agem num vácuo, para compreender as suas ações e os efeitos (intencionais ou não, ou uma combinação das duas coisas) que estes produzem, precisamos de trabalhar fora dos confinamentos normais da chamada história intelectual, de olhar mais abrangentemente para géneros de escritas e os seus estatutos; tecnologias de publicação e os seus significados culturais; relações de patronagem; estruturas políticas e eventos políticos que se desenrolam; redes intelectuais e editoriais; filiações e desfiliações surpreendentes entre editores, e entre editores e comentadores, dentro do mesmo ou entre países; a longa sombra lançada por académicos e instituições profissionais.

Em muitas das nossas análises, apesar de em diferentes graus, a tentativa de separar a composição e revisão autoral das intervenções editoriais e composicionais irá mostrar-se infinitamente mais complexa do que seria talvez antecipado. Isto não é explicado apenas pela fraqueza de práticas editoriais anteriores, que

6 Em relação ao primeiro, não existindo versão em língua portuguesa, utiliza-se aqui o título original em inglês, mas poderia traduzir-se literalmente como *Mente, Eu e Sociedade* [nota do tradutor].

frequentemente falharam em mostrar o que o editor tinha feito e qual era a evidência documental. Assumir isto é assumir demasiado. É assumir, por exemplo, a fixidez material do texto e a falta de ambiguidade da “evidência” textual disponível. É também assumir que mesmo frente à ambiguidade inerradicável um livro pode ser produzido sem privilegiar uma “versão” particular da obra sobre outra. É tomar a escolha final entre versões como algo que pode ser “neutro” ou sem carga de valores morais. A verdade, no entanto, é que todas estas assunções têm pouca ou nenhuma base na realidade. Como esperamos mostrar através da exploração das forças, mecanismos, eventos, agentes e mesmo dos acidentes que ajudaram a *fazer* (e por vezes *desfazer*) os textos sob análise, a vida social dos textos, mesmo dos textos “sistemáticos” produzidos pelas disciplinas sociais principais, é mais complexo e inquietante do que a sua presente existência física indica. Mesmo isto está longe de estar resolvido, no entanto: tal como uma versão definitiva de um texto é uma quase impossibilidade, também é igualmente impossível que uma edição definitiva do texto e seu aparato alguma vez seja produzida. Pensar de outra forma é negar a natureza construída do livro — qualquer livro.

A interação entre o construído (forma) e o conteúdo define como abordamos os nossos seis clássicos da teoria social. Estamos, no entanto, menos interessados em julgar a legitimidade das construções que dissecamos, ou em avaliar a qualidade das práticas editoriais que lhes subjazem (um julgamento que seria em muitos casos anacrónico, sendo guiado por critérios editoriais e académicos modernos), do que interessados no que editoras, editores e tradutores estavam a *fazer* (ou pelo menos a *tentar fazer*) quando ofereceram ao público leitor uma nova versão do texto sob consideração. Em tomando ação editorial, concebida de forma abrangente, como ação de *produção de significado*, exploramos cada um dos seis livros, quer como um objeto material, quer como o texto impresso nas suas páginas, especialmente onde este foi significativamente recomposto. A construção do livro é vista como um campo de batalha onde agentes se confrontam, direta ou indiretamente, com meios e fins diferentes, de acordo com a sua posição relativa num campo de forças que podem ser disciplinares e/ou mais explicitamente políticas.⁷ Estas lutas tomam uma variedade de formas: de lutas sobre o “verdadeiro” significado da obra; até lutas entre o rigor científico e o ativismo; através de lutas dentro de, e entre, disciplinas académicas sobre quem e o que constitui conhecimento disciplinar legítimo, e como este deve ser recuperado e informar novas investigações; e as lutas internas e externas *de e sobre* livros que procuram explicar o presente e moldar o futuro. Dado o escopo e a profundidade dos conflitos em causa, é frequentemente o caso que a luta pelo livro começa e toma uma particular intensidade nos objetos liminares que medeiam a relação entre o texto e o leitor. Nos livros que examinamos isto é particularmente verdade no caso das introduções.

7 Neste sentido, a nossa abordagem difere da política orientada para o objeto de Bruno Latour (Latour e Weibel, 2005) no sentido em que rejeitamos a tese de que a agência (política) é igualmente distribuída entre agentes humanos e não humanos. Sobre a noção de agência distribuída, ver também Callon (1998).

As introduções são utilizadas para preparar o leitor, que avançará então para o resto do texto com um grupo de expectativas e pré-conhecimentos guiados, se não controlados, por quem escreve a introdução. É por isto que a nossa análise presta especial atenção a tais textos introdutórios, como ferramentas de enquadramento a seguir às quais o texto pode ser lido, que também procuram “re-encenar” o texto, afinando-o de forma a este ressoar com as audiências contemporâneas. As introduções são imensamente valiosas para nós, visto que nos deixam mapear as mudanças que os leitores mais recentes foram instigados a fazer a um texto pela natureza imediata das suas próprias circunstâncias históricas. Central para um estudo da política do livro são também os agentes sociais que usam a introdução do livro para avançar as suas próprias interpretações, se não mesmo os seus interesses e as suas agendas, frequentemente em conflito entre eles, sendo ainda assim apenas um grupo de agentes da produção do livro que são frequentemente ignorados por trás da figura eminente do autor.

Muitas mãos e mentes participam na criação de um livro. Editores, veremos, podem efetivamente ser guiados por outras figuras (em particular, comentadores), talvez mais importantes, tal como podem servir duplo serviço como escritores do material introdutório que nos dá uma janela para o texto. As suas intervenções na forma física do livro podem ser múltiplas e, como veremos também na análise dos nossos seis livros, de grande consequência. Por vezes, intervenções críticas ocorrem ainda na fase de compilação e envolvem decisões sobre o que incluir e em que ordem. Procuramos mostrar que compreender a influência da fase da compilação e de quaisquer ligações aí construídas na produção de significado não é menos importante que examinar as formas em que paratextos constroem e contestam a autoridade, identidade e significado de um texto. Da mesma forma, uma nova versão, talvez até uma nova tradução, de um conceito-chave pode alterar radicalmente a maneira como os leitores podem entender a relação desse conceito com outros conceitos, a relação com o mundo, e o próprio mundo em si. Afinamentos do texto e da sua organização podem ir do mais subtil e sofisticado ao mais rude. Se a linha entre relacionar-se com um texto e exercer poder sobre um texto pode ser ténue, e por vezes impossível de manter, a transição de poder para violência mostra-se mais visivelmente. Isto é aparente nos atos de mutilação que iremos encontrar, pelos quais passagens e capítulos inteiros, vistos como dispensáveis ou simplesmente inconvenientes, são simplesmente amputados do corpo do texto, deixando outras passagens e capítulos privados do seu relacionamento com o texto para trás e para a frente. As intervenções não precisam de ser tão drásticas, no entanto, para produzir efeitos. Aliás, aqui e noutros casos, a subtilidade pode ser mais eficiente. Nem essas intervenções precisam de ser restritas às intervenções no livro. Por vezes, as intervenções são mesmo sobre o livro. Alguns dos agentes que examinamos serão vistos como tendo escrito obras de comentário eles próprios, ou desenvolvido programas de pesquisa empírica sociocientífica inspirada pelos “clássicos” que editam, traduzem ou criam. O que tais intervenções intelectuais partilham, no entanto, é uma orientação epistémica relativamente às ideias presentes nestes livros.

Nos livros que examinamos, estas ideias tomam, tipicamente, a forma de teorias da sociedade, da política ou ambas. É, logo, bastante fácil reificar estas teorias, concebê-las como entidades que existem livres de amarras, o significado das quais depende inteiramente das capacidades hermenêuticas do leitor. Mas como o pensar existe tomando forma, e sobrevive através do tempo, reformando-se, uma pessoa perderia um dos seus aspetos mais importantes se passasse ao lado das formas da sua composição, bem como os seus modos de incorporação e circulação. Isto porque aquilo que se crê que uma teoria social ou política significa emerge de uma dialética entre a forma e o conteúdo garantido por diferentes *media*, nomeadamente o livro como um objeto físico, um objeto que é construído por comunidades epistémicas concretas em condições históricas específicas. Limitadas por estas condições estão, por exemplo, as tecnologias de publicação, bem como os parâmetros da prática editorial, com a forma “oficial” da edição académica sendo redefinida ao longo do tempo, e originais em capa mole (brochada), compreendendo o espectro que vai do popular ao académico, tornando-se, progressivamente, a principal forma da circulação do livro. Alguns dos textos que iremos examinar terão conhecido ambas as formas, a capa dura ou mole académica e a edição brochada para um mercado de massas, apesar de não necessariamente ao mesmo tempo. Se seguimos uma, outra, ou ambas as formas físicas e a nossa escolha de exemplares específicos será determinada por dois fatores principais. O primeiro é a sua disponibilidade e/ou proeminência no período coberto no capítulo, o segundo fator é o papel desempenhado pelo agente em particular (autor, editor, tradutor, comentador) que estamos a explorar na produção e disseminação do texto. Como nos focamos menos na “teoria” como um assunto abstrato, desincorporado e puramente cognitivo do que na conceção, produção, comunicação, receção e reutilização da teoria como um grupo de práticas materialmente incorporadas, os contextos que vemos como relevantes para o estudo do pensamento social e político irão inevitavelmente expandir-se. Se, como argumentamos, a forma importa, a história das ideias não pode ser contada separadamente da forma que estas ideias tomam — como estas permutações de forma apareceram, como e porque se tornaram o foco de disputas; e como ajudaram a moldar as disciplinas académicas e o mundo em si — estes são os nossos objetos de estudo.

Isto significa, resumidamente, que concebemos os elementos humanos e não-humanos, presentes nas nossas interações com livros de teoria, como incluindo (1) o livro, uma variedade de materiais que vão desde o papel escrito à mão ou as notas do manuscrito datilografadas, ou as provas para impressão, até às várias edições e formatos do livro e livro eletrónico como tal, onde ideias estão inscritas como texto; (2) o autor, uma pessoa a quem damos controlo autoral para os efeitos dessas ideias e que pode ser uma pessoa individual, um indivíduo no centro de um coletivo, ou uma *persona* puramente ficcional; (3) o tradutor, um indivíduo cujo investimento intelectual e emocional na obra por vezes transborda da tradução das ideias e argumentos no livro para um verdadeiro comentário e curadoria editorial do livro; (4) a editora, uma empresa comercial onde editores trabalham com autores, tradutores, críticos e agentes literários, bem como tipógrafos e *designers* gráficos, com o fim de pôr o livro em produção e acompanhar a sua vida comercial; e (5) o comentador, tipicamente um estudioso cujo sucesso académico depende em parte da

investigação, escrita e ensino sobre o texto/autor em questão em locais como os paratextos e epítextos do livro, bem como salas de aula, revistas da especialidade (incluindo críticas literárias), congressos científicos e revisões da literatura periódicas. Em cada um dos nossos estudos de caso que se seguem, exploramos um ou mais desses aspetos quando analisamos as políticas desse livro em particular. O resultado final é menos um revisitar das guerras pelo cânone nos anos 80 do século XX, que opunham o elogio nostálgico ao valor das obras clássicas dos tradicionalistas aos apelos estridentes dos multiculturalistas pela inclusão das vozes, há muito silenciadas, dos marginalizados, do que um entendimento mais claro de como a forma é importante nas lutas sobre o significado que estruturam o teorizar social e político.

Começamos com *As Formas Elementares da Vida Religiosa* de Émile Durkheim, uma obra que tem recebido cada vez mais atenção entre os sociólogos desde os anos 1990. Crucial a este respeito foi o comentário produzido pelo sociólogo norte-americano Jeffrey C. Alexander, cujo forte programa em sociologia cultural pode ser visto como tendo origem diretamente no Durkheim “cultural” das *Formas Elementares*. A nossa genealogia do livro, centrada à volta da figura do comentador e não do autor, permite-nos apresentar a nossa abordagem no que diz respeito aos géneros alternativos na história do pensamento político e social. No capítulo 2, discutimos o que conta como sendo um autor. Focamo-nos em *Mind, Self, and Society*, cujo suposto autor — G. H. Mead — não esteve envolvido na sua criação, nem nunca expressou o desejo de que o livro fosse publicado. E, no entanto, foi através desta amálgama de textos fabricados por uma autoria plural que “Mead, o clássico sociológico” foi construído, num processo distorcido de cano-nização disciplinar que reduziu as contribuições de Mead a uma fração problemática e não representativa da sua obra. Em seguida, viramos a nossa atenção para um livro que, estritamente falando, não é um livro — ou, pelo menos, não foi originalmente concebido para publicação, muito menos na forma de livro. Os *Manuscritos Económicos e Filosóficos de 1844* têm a sua origem em cadernos. No entanto, como os cadernos foram compilados num livro — na verdade o livro que era suposto oferecer a há muito esperada chave do sistema filosófico de Marx — os círculos marxistas heterodoxos sentiram-se prontos a usar o grande poder que advém da legitimidade. Tinham agora o que precisavam para soltar uma dialética da dissidência guiada pelo conceito que tornaram sinónimo com os *Manuscritos de 1844* — ou seja, a alienação. Esta era uma dialética que tinha como objetivo a derrota, em vez de simplesmente a conversão dos oponentes e, como consequência, ver a paisagem política mundial radicalmente transformada. O capítulo 4 analisa *As Almas do Povo Negro* de W.E.B. Du Bois. Parcialmente compilado a partir de duas obras previamente publicadas, este é um livro em que o autor teve de se reescrever, encontrando a combinação certa de tom, forma e metáfora para conferir ao assortimento de material o tipo de legibilidade contínua expectável de um livro. Uma destas metáforas é a ideia de dupla consciência, que se tornou sinónima com o “Du Bois multicultural” que os sociólogos têm estado a redescobrir desde o final do século XX. No entanto, como explicamos neste capítulo, este é apenas o mais recente de vários significados, frequentemente contraditórios,

que têm sido atribuídos ao livro, conforme sucessivas edições apareceram durante o século XX, atravessaram disciplinas académicas e ajudaram a contornar as linhas de divisão política. No capítulo 5, afastamo-nos da figura do autor para considerar o papel do tradutor-intérprete. Aqui, o livro em análise é *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* de Max Weber. A sua tradução para inglês pelo jovem Talcott Parsons em 1930 iria revelar-se uma peça decisiva na canonização sociológica de Weber nos Estados Unidos e, mais tarde, no resto do mundo. *A Ética Protestante* de Weber é um caso bem conhecido de tensão criativa entre a tradução e a receção, o Weber que conhecemos agora na língua inglesa, talvez o sociólogo no que diz respeito a questões “disciplinares” sobre a formação e lugar da sociologia relativamente à filosofia, religião, historiografia e política, é também um Weber que sabemos agora foi fortemente “mediado” pelas categorias e pelo próprio aparelho conceptual de Parsons.⁸ No nosso capítulo olhamos para a tradução de uma forma oblíqua. Tomamos como ponto de partida o trabalho que em que Parsons estava principalmente envolvido quando se imergiu na tradução de Weber: a sua própria dissertação de doutoramento. Isto torna possível ver mais claramente as formas em que a tradução do livro de Weber serviu como um catalisador para o próprio Parsons compreender a teoria sociológica do capitalismo de Weber e o seu uso de tipos ideais como parte de uma estratégia alargada da formação de conceitos. O nosso último clássico é *Democracia na América* de Tocqueville, um clássico a granjear cada vez menos interesse entre os sociólogos, mas ainda um texto fundacional na vizinha ciência política. Isto permite-nos explorar os processos gémeos de canonização e descanonização. Atravessando disciplinas académicas, encontramos um grupo influente, mas pouco conhecido, de editores-tradutores-comentadores, novos e repetentes, de diferentes posições ideológicas, cujo trabalho em e sobre o livro de Tocqueville ajudou a enquadrar os seus argumentos e as condições para aceder a eles de novo ao longo do século XX.

Ao juntarmos num só volume as histórias conectadas destes seis livros, fazemos eco da famosa tese de Roger Chartier, segundo a qual não existe “ordem de discurso” sem uma “ordem de livros” (1994: ix). O nosso objetivo é promover um entendimento mais alargado da história do conhecimento social e político através de uma confrontação com a história dos livros nos quais o conhecimento tem sido materialmente incorporado e pelos quais tem sido moldado materialmente. Fazendo-o, movemo-nos além da conceptualização dominante da produção e receção do conhecimento como algo lidando primariamente, talvez até apenas, com abstrações de “ideias”, e da sua história como sendo uma “história das ideias”, desenrolando-se na realidade etérea e desincorporada do “grande pensamento”. Particularmente, trabalhamos com uma abordagem distinta à construção da teoria. Esta difere de outras abordagens à história das ideias uma vez que o nosso objeto de estudo não são as intenções individuais ou fatores contextuais (como por exemplo constrangimentos institucionais ou redes profissionais) dentro dos quais as ideias foram criadas, mas sim os *media* escritos

através dos quais essas ideias foram circuladas e os seus autores receberam o reconhecimento dos seus pares. Entendemos as ideias, textos e discursos nos quais participam como tomando forma e até mesmo apenas passando a existir, no verdadeiro sentido da palavra, quando se tornam realidades físicas e estão inscritos em certas formas materiais — livros, por exemplo. É sobre estas formas, e sobre a forma do livro em particular, que nos debruçamos no que se segue. Este não é um caso de reificação ou fetichismo do objeto. Defendemos, no entanto, e esperamos documentá-lo detalhadamente, que o processo coletivo de construção e comunicação do material que comporta em si os textos é uma componente essencial do processo de construção do seu significado.

Recorremos, mais uma vez, a Chartier, que observou corretamente que os livros são “objetos cujas formas... comandam os usos em que se podem investir e as apropriações às quais são suscetíveis” (1994: ix). Tanto nas suas dimensões verbais como não-verbais, tais formas são, mais ou menos intencionalmente, construídas por uma multiplicidade de agentes, cujas posições e disposições variadas nos processos de produção cultural e luta política iremos reconstruir para compreendermos a forma como estas configuraram a relação com os textos por sucessivas gerações de leitores. Estes são, normalmente, agentes a trabalhar conjuntamente, por cima ou para além do autor, e que têm o poder de mediar entre leitores e textos cuja identidade e cujo sentido estão já a pôr em prática através das suas ações mediadoras. Olhando para a sua obra e, em particular, para como as suas intervenções na forma do livro afetam (ou, pelo menos, tentaram afetar) o seu significado, iremos confrontar leitores contemporâneos com a forma como o seu encontro com o texto, qualquer texto, é deliberadamente construído. Esta construção, como é sugerido pela nossa escolha de textos, é trazida para um novo nível quando o objetivo é a produção ou reprodução da canonicidade, de livros determinados a mudar radicalmente a forma como vemos, nos orientamos e agimos no mundo. Focando-nos nos contextos materiais e sociais nos quais o discurso social e político toma forma e se vê a si próprio sendo reconfigurado, mostramos que uma dimensão vital da história da produção, comunicação e receção dos textos é inevitavelmente perdida quando os seus elementos materiais — ou deveríamos, talvez, dizer, a sua promulgação material — são vistos como “matéria” irrelevante, óbvia e estável ao longo do tempo. O meio não é aqui um mero portador de conteúdo transparente. Em vez disso, dá-se o caso que o ato de dar a um texto a sua forma material envolve uma série de práticas que são generativas e não apenas incidentais ao significado desses textos, ao seu estatuto e identidade. Por esta razão — mesmo que não seja unicamente por esta razão — o papel do livro merece mais do que um interesse passageiro, mesmo entre especialistas da história do “pensamento”.